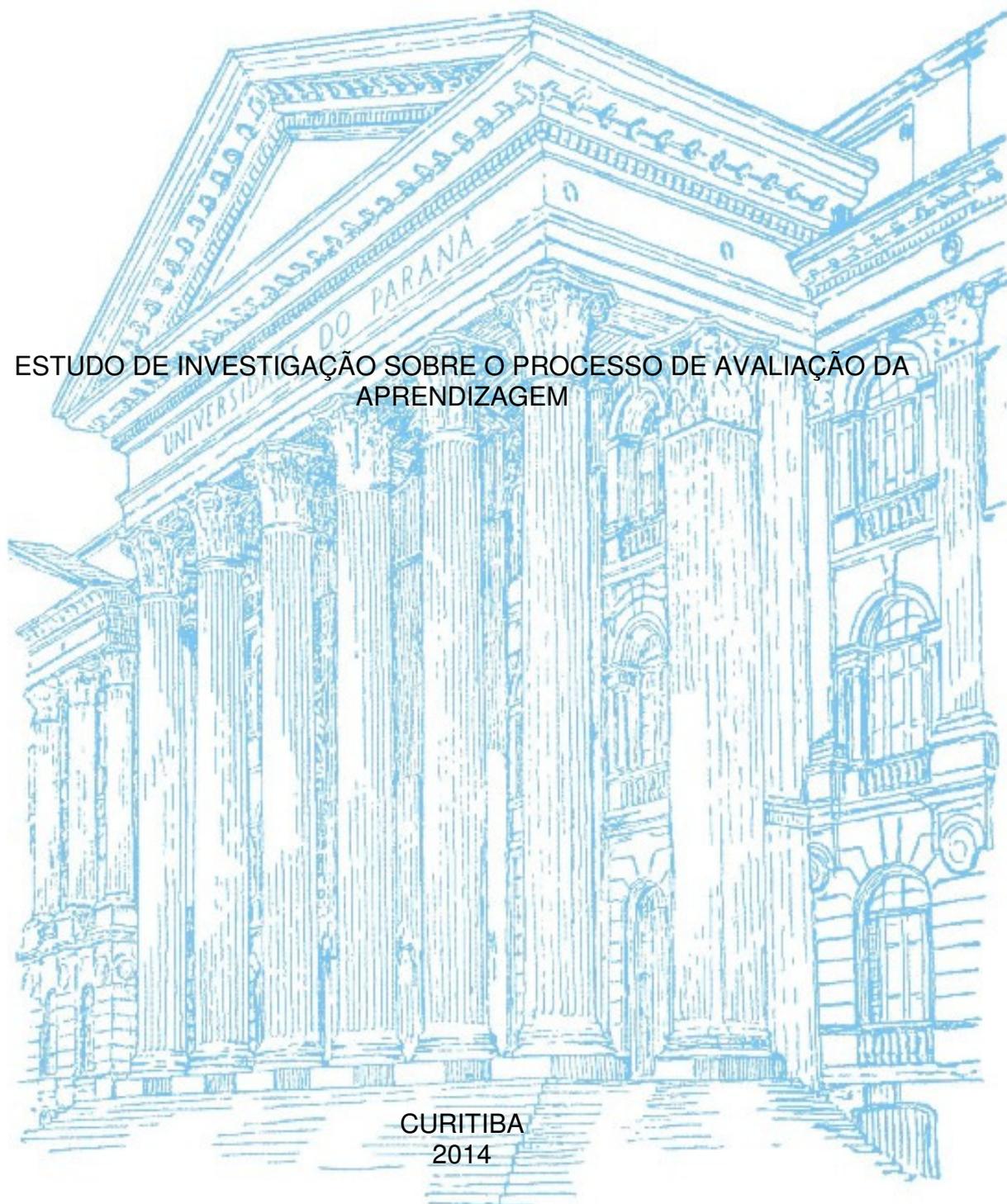


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

OVANDA MARIA BONGIORNO CRUZ

ESTUDO DE INVESTIGAÇÃO SOBRE O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA
APRENDIZAGEM



CURITIBA
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

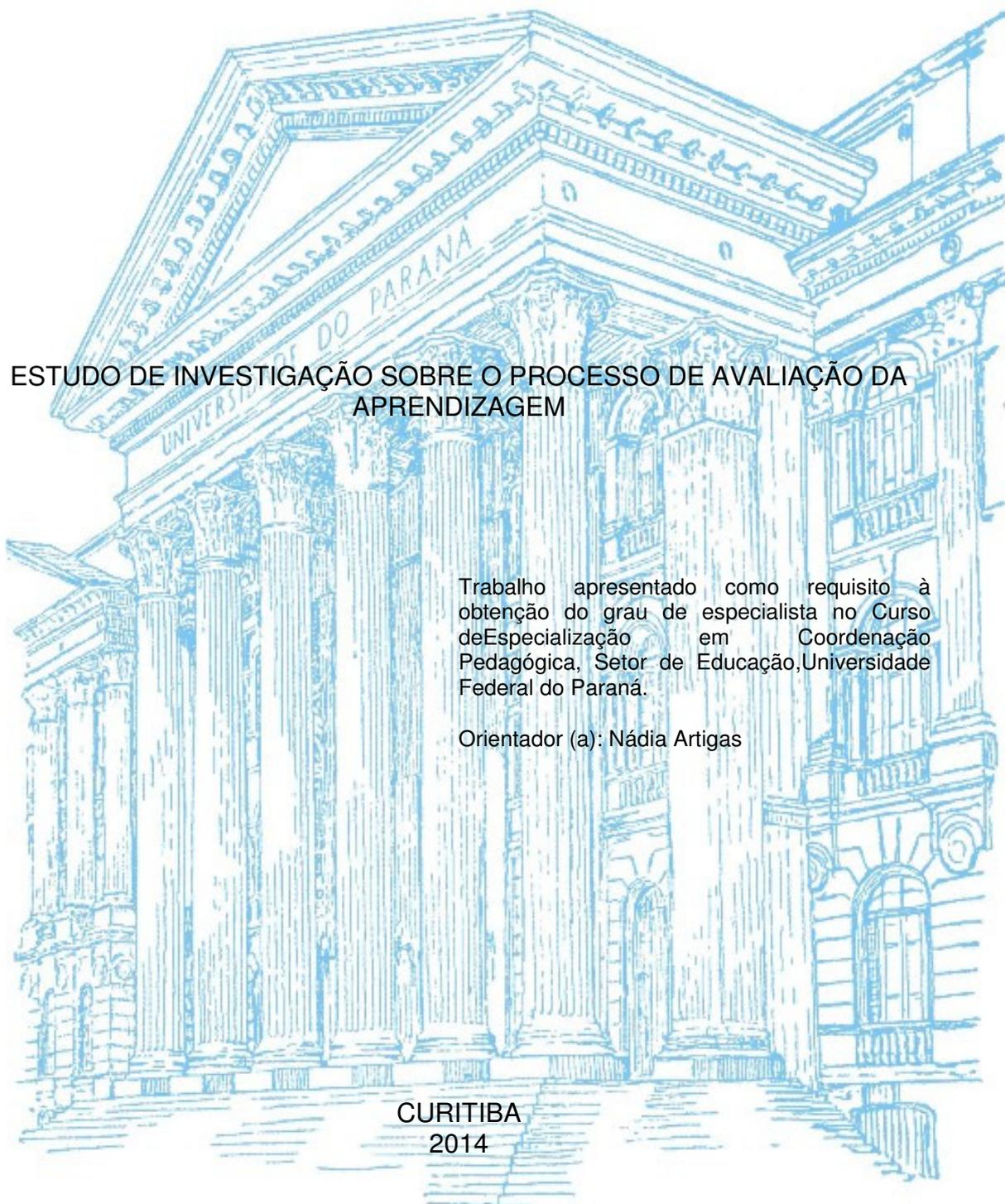
OVANDA MARIA BONGIORNO CRUZ

ESTUDO DE INVESTIGAÇÃO SOBRE O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA
APRENDIZAGEM

Trabalho apresentado como requisito à
obtenção do grau de especialista no Curso
de Especialização em Coordenação
Pedagógica, Setor de Educação, Universidade
Federal do Paraná.

Orientador (a): Nádia Artigas

CURITIBA
2014



ESTUDO DE INVESTIGAÇÃO SOBRE O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

OVANDA MARIA BONGIORNO CRUZ*

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise sobre o processo de avaliação da aprendizagem em um colégio estadual do município de Jesuítas, a partir da questão levantada sobre a não utilização dos resultados da avaliação para replanejamento dos conteúdos não assimilados pelo aluno, visto que a principal finalidade da avaliação no processo escolar é assegurar a formação integral dos sujeitos, pela mediação da construção do conhecimento. A pesquisa teve como objetivo a análise dos registros de avaliação lançados no LRC de três professores de diferentes disciplinas e os documentos oficiais da escola, o Projeto Político Pedagógico, o Regimento Escolar, a Proposta Pedagógica Curricular e as Diretrizes Curriculares Orientadoras do Currículo para Educação Básica do Paraná. O levantamento de dados foi realizado através de formulário, aplicado com os professores e com os alunos de uma turma de 9º ano e uma turma de 1º ano. Com vistas nos dados coletados em comparação aos documentos oficiais da escola evidenciou-se uma disparidade entre o que propõe os documentos e a prática da escola, em relação à construção dos resultados e a revisão do processo metodológico do professor, em função dos avanços dos alunos, a retomada dos conteúdos para sanar as dificuldades apresentadas. O estudo também propõe sugestões, como alternativas, para amenizar a disparidade entre a teoria e a prática, já que o processo de autoavaliação é frágil na escola em questão. A reorganização e o replanejamento das ações são estratégias para melhorar a qualidade do processo ensino aprendizagem, ofertado pela escola.

Palavras chave: avaliação, autoavaliação, ensino-aprendizagem, replanejamento.

*Artigo produzido pela aluna Ovanda Maria Bongiorno Cruz do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora Nádia Artigas. E-mail: ovandabongiorno@seed.gov.pr.br

INTRODUÇÃO

O presente artigo relata o processo de pesquisa realizado para a busca de informações a respeito do processo de avaliação da aprendizagem em um Colégio Estadual do município de Jesuítas. Buscou compreender se a avaliação praticada está fornecendo subsídios para o diagnóstico da situação em que o aluno está, o que ele já aprendeu ou o que ainda lhe falta para aprender e quais dificuldades ele apresenta em relação aos conteúdos ministrados.

Constatou-se que as metodologias utilizadas pelos professores não estão fornecendo dados suficientes para a prática da reorganização e retomada dos conteúdos, e que os instrumentos de avaliação apesar de variados, muitas vezes não atingem os objetivos propostos.

Daí a necessidade de um estudo mais aprofundado para possibilitar ao professor o desenvolvimento da capacidade de autoavaliar-se, no sentido de rever a prática metodológica da avaliação da aprendizagem, em função do replanejamento dos conteúdos não aprendidos.

A pesquisa teve como fonte principal o Livro Registro de Classe de alguns professores, comparando estes dados de registro com o que propõe o Projeto Político Pedagógico, o Regimento Escolar, a Proposta Pedagógica Curricular e as Diretrizes Curriculares Orientadoras do Currículo para Educação Básica do Paraná. Utilizaram-se questionários para obtenção de dados sobre os alunos e professores de uma turma de 9º ano e uma turma de 1º ano, para comparar a integração existente entre professores e alunos no processo de avaliação da aprendizagem, nas turmas analisadas.

Visto que a avaliação é um processo abrangente da existência humana, é necessário refletir criticamente sobre a prática, no sentido de entender seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão e propor novas ações para superar os obstáculos encontrados (VASCONCELLOS, 2005).

A proposta do trabalho objetivou estudar as causas das falhas no processo de avaliação na prática da sala de aula, tendo como base o LRC de alguns dos professores que fizeram parte do levantamento de dados. Foram analisados os registros de avaliação lançados por estes professores, para

compreensão da utilização destas informações para a revisão dos encaminhamentos metodológicos e o replanejamento dos conteúdos ministrados no sentido de desenvolver a capacidade da autoavaliação do professor e do aluno, com o objetivo de sanar a disparidade existente no processo de avaliação da aprendizagem, entre as diversas disciplinas.

Evidencia-se que ao coletivo da escola falta o replanejamento das ações propostas pelo Regime Escolar e Projeto Político Pedagógico e que muitas vezes a prática avaliativa acontece desassociada do processo pedagógico.

Para fundamentar a análise recorreu-se aos estudos de alguns autores como: Luckesi (1995), Luckesi (2011), Vasconcelos (2005), Aquino (1997), Souza (2005) e etc. Os quais destacaram melhor a importância do processo de avaliação nos estudos realizados, os quais podem apontar metodologias e estratégias para as mudanças na prática pedagógica dos professores e conseqüentemente o sucesso na aprendizagem do aluno, bem como a finalização da educação básica.

Verificou-se que é necessária uma reflexão para o entendimento, entre o coletivo da escola, no sentido de que a avaliação não pode ser utilizada somente como atribuição de notas e descarta as demais possibilidades de recursos e ações pedagógicas, os quais possam garantir a aprendizagem do aluno e conseqüentemente a construção de seu conhecimento, isto é, fazer da avaliação uma atividade inerente ao processo ensino aprendizagem.

Entende-se que cabe ao coordenador pedagógico intermediar esta reflexão junto à comunidade escolar, de modo a criar oportunidade e autonomia aos educadores, buscando compreensão do processo e aplicá-lo na prática, tendo em vista a realidade e localização da escola.

Compete ao pedagogo promover e coordenar reunião pedagógica e grupo de estudo para reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico visando à elaboração de propostas de intervenção para a qualidade de ensino para todos (RE).

E também a função do coordenador pedagógico (pedagogo) a de planejar e acompanhar a execução de todo o processo didático-pedagógico. Sua atribuição é articular, coordenar, acompanhar, supervisionar, orientar, subsidiar o desenvolvimento do trabalho pedagógico que se desenvolve no interior da escola (PIRES, 2004, p. 182 In SANTOS e OLIVEIRA, s/d).

Deste modo, os encaminhamentos que se fazem para a prática da avaliação da aprendizagem destinam-se a balizar as tomadas de decisões no sentido de construir com os educandos conhecimentos, habilidades e hábitos que possibilitem o seu efetivo desenvolvimento, através da assimilação ativa da herança (legado) cultural transmitida pela sociedade (Luckesi, 2005).

Este artigo está fundamentado e organizado a partir da pesquisa bibliográfica, da análise dos documentos oficiais e pedagógicos da escola pesquisada, bem como da análise realizada a partir do levantamento de dados obtidos com os professores e com os alunos do 9º ano e do 1º ano.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

As fontes de pesquisa foram selecionadas através de estudos em livros e artigos expostos durante o curso, os quais foram apresentados de acordo com o posicionamento dos autores em relação ao processo de avaliação da aprendizagem, mais especificamente de como utilizar os resultados das avaliações em função da retomada de conteúdos e da reorganização das ações da escola.

Segundo Luckesi (1995), a avaliação tem sua origem na escola moderna com a prática de provas e exames que se sistematizou a partir do século XVI e XVII, com a cristalização da sociedade burguesa.

Pela consequência de provas e exames é que temos hoje um sistema de avaliação que ainda não é suficiente em face da necessidade do ensino-aprendizagem praticado na escola na atualidade, apesar dos avanços historicamente observados. O ser humano é lento nas transformações e a educação caminha a passos lentos. Temos que pensar na sociedade de hoje, a qual passou por significativas transformações de ordem política, social, cultural, tecnológica, entre outros aspectos.

A avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos. A avaliação escolar está relacionada a uma concepção de homem, de sociedade (que tipo de homem e de sociedade queremos formar), ao Projeto Pedagógico da instituição (VASCONCELLOS, 2005, p. 43).

Acompanhando a afirmação de Vasconcellos sobre a abrangência da avaliação para o ser humano e para a sociedade de forma geral, entende-se que a avaliação da aprendizagem deve ser consonante às concepções a que se propõe o Projeto Político Pedagógico da escola, no sentido de proporcionar a superação dos obstáculos que encontramos no dia a dia da escola, assim como na sociedade.

A avaliação da aprendizagem vem se constituindo um sério problema educacional desde há muito tempo, pois na prática o processo de avaliação não evoluiu tanto, quanto as transformações ocorridas na sociedade. A partir de década de 60, no entanto, ganhou ênfase em função do avanço da reflexão crítica que aponta os enormes prejuízos provocados pela prática classificatória e excludente: os elevadíssimos índices de reprovação e evasão escolar, aliados a um baixíssimo nível de qualidade da educação escolar tanto em termos de apropriação do conhecimento quanto de formação de uma cidadania ativa e crítica. Mais recentemente, a avaliação está também em pauta em função das várias iniciativas tomadas por mantenedoras, públicas ou privadas, no sentido de reverter este quadro de fracasso escolar. Entendemos, todavia, que a discussão sobre avaliação deve estar associada ao Projeto Político-Pedagógico, inserido num projeto social mais amplo (VASCONCELLOS, 2005).

Segundo este pensamento, há muita discussão em torno da avaliação da aprendizagem, mesmo porque os processos de avaliação praticados nas escolas, por serem, excludentes não estão garantindo o acesso à permanência do estudante com sucesso, pois ainda existem elevados índices de reprovação e evasão. Muitas dessas discussões não estão atingindo o esperado para haver uma mudança na prática pedagógica das escolas.

O ato de avaliar tem sido utilizado como forma de classificação e não como meio de diagnóstico, sendo que isto traz empecilhos para a prática pedagógica. A avaliação deveria ser um momento de “fôlego”, uma pausa para pensar a prática e retornar a ela, como um meio de julgar a prática. Sendo utilizada como uma função diagnóstica, seria um momento dialético do processo para avançar no desenvolvimento da ação, do crescimento para a autonomia e competência. Como função classificatória, constitui-se num instrumento estático e freador do processo de crescimento, subtraindo do processo de avaliação aquilo que lhe é constitutivo, isto é, a tomada de decisão quanto à ação, quando ela está avaliando uma ação (LUCKESI, 2005, p. 34).

De acordo com Luckesi a avaliação não é utilizada em sua verdadeira função, isto é, diagnosticar o processo ensino-aprendizagem, fornecendo

subsídios para a reflexão das ações praticadas na escola. Tendo com vista o Projeto Político Pedagógico, Proposta Pedagógica Curricular e Plano de Trabalho do Docente. Tornando as reflexões contidas nestes documentos, praticas frequentes na escola.

A avaliação ainda é confundida, por alguns dos professores, com os instrumentos que utiliza para coletar informações relevantes e significativas acerca dos processos de aprendizagem vivenciados pelos alunos. Procedendo assim, esses professores revelam que a concepção do processo avaliativo, na verdade, se restringe a um momento estanque: a aplicação e correção do teste (BONESI e SOUZA, 2006).

Existem inúmeras práticas avaliativas na escola observada, não há um consenso entre o processo metodológico e o processo avaliativo. Professores fazem da avaliação um momento para aplicar provas e trabalhos com um fim em si mesmo, não se utilizam das informações coletadas para analisar efetivamente o nível de aprendizagem do aluno. Deve haver certa coerência na metodologia da avaliação, ou seja, não deve exigir do aluno aquilo que ele não presenciou em sala de aula.

Segundo Souza *et al.* (2005), não se pode conceber a avaliação de forma isolada, pois ela reflete e é um reflexo da concepção que se tem de Educação, escola e sociedade. Entretanto, repensar a avaliação constitui um caminho possível para se trilhar o redirecionamento da totalidade do processo pedagógico.

Assim, a avaliação é compreendida como produto, revelada ao final de uma verificação, tomada como medida de precisão e objetividade. As práticas dessa perspectiva se traduzem nas escolas pela primazia que os instrumentos de avaliação ganham, tal como as provas, os testes, cujos pontos em seu somatório conferem uma pretensa legitimidade/cientificidade, quase inquestionável, àquela análise realizada (FERNANDES, 2009).

No espaço escolar nem sempre as decisões estão nas mãos dos mesmos sujeitos: estudantes, professores, pais e responsáveis. Mas também se deve ter o envolvimento do coletivo da escola. (FREITAS e FERNANDES, 2007).

Muitas ações no espaço escolar acontecem de forma isolada, sendo que as decisões acabam sendo tomadas por alguns sujeitos da escola e não

pelo coletivo, o que oferece prejuízo, principalmente ao processo pedagógico. O importante é que todos na escola conheçam e participem do processo de avaliação em função de uma educação de qualidade social.

Vasconcellos (2005) elenca os seguintes problemas encontrados pelos professores na avaliação, relacionando-os com os diversos sujeitos envolvidos:

- Problemas relacionados com os alunos, pois segundo a visão de alguns professores muitos são desmotivados por só pensarem em nota e por não estarem preocupados em aprender. Será que o aluno aprendeu sozinho, pensar só em nota, e ser desmotivado?
- Problemas com as famílias onde pais trabalham fora, não acompanham filho, visto que o trabalho se faz necessário para a subsistência da família.
- Problemas na estrutura escolar estão no número de alunos por sala de aula, número de aulas que o professor tem que assumir o sistema que exige e cobra notas, etc. Alguns professores, que já fizeram uma certa caminhada, levantam o problema de “como avaliar o aluno como um todo” o professor não percebe o seu próprio envolvimento com esta realidade. Talvez seja esse o problema, o não envolvimento do professor, do pedagogo e de outros segmentos da escola, na realidade do aluno.

Confirmando as afirmações de Vasconcellos, verifica-se que os problemas encontrados hoje na escola pesquisada são também, de natureza social. Há famílias em que os pais trabalham fora e não conseguem acompanhar o estudo dos filhos, principalmente as atividades de casa, o que muitas vezes interfere no processo aprendizagem do aluno. A escola ainda, não se sente preparada para atender a diversidade presente nela, fazendo com que uma porcentagem desses sujeitos desistam ou reprovem durante o percurso.

De acordo com Hoffmann (2001), as práticas avaliativas são baseadas em processos classificatórios, fundindo-se na competição e no individualismo. Entretanto à medida que os estudos apontam para o caráter interativo e intersubjetivo da avaliação, alerta também para a necessidade do diálogo entre todos os que fazem parte desse processo, para a efetivação das relações interpessoais e dos projetos coletivos.

Quando se avalia para mensurar notas, o processo tende-se a simples competição, cada indivíduo quer ter a melhor nota, não há momentos para a reflexão sobre o que se aprendeu. Quando se tem na escola um projeto coletivo das ações mediado pelo diálogo, há interação entre as partes que compõe o todo do processo na escola, a nota deixa de ser prioridade neste processo, para buscar a efetivação da aprendizagem.

Nesta perspectiva os instrumentos de coleta de dados para avaliação devem ser construídos dentro das normas metodológicas, isto é cobrir todos os conteúdos planejados e ensinados, portanto cabe ao educador que avalia cuidar de todos os detalhes metodológicos do instrumento que constrói e utiliza (Luckesi, 2011).

Entretanto, segundo Luckesi (2011), há empecilhos que podem tornar os instrumentos de avaliação inadequados, mesmo sendo bem elaborados, pois estes instrumentos não conseguem coletar os dados relevantes e necessários para diagnosticar a aprendizagem dos alunos, ou seja, não atingem os objetivos selecionados para tais conteúdos. Um exemplo que o autor destaca é a utilização na prova de conteúdos mais complexos que os ensinados; conteúdos secundários, que não precisam ser contemplados nos instrumentos de avaliação; perguntas elaboradas aleatórias e eventualmente sem clareza; questões que ao invés de esclarecer confundem o aluno, provocando o desequilíbrio entre o que foi ensinado e o que foi solicitado no instrumento, neste ponto há divergência entre o que propõe, os documentos, e o que esclarecem os autores estudados em relação aos instrumentos utilizados por alguns professores, em sua prática da sala de aula.

A autoavaliação para professores e alunos é um processo essencial para a efetivação do processo ensino-aprendizagem. Além da importância dos instrumentos de avaliação elaborados pelos professores e que têm a finalidade de investigar o nível de conhecimento dos alunos, considerando-se que ninguém melhor do que o próprio envolvido para dizer o que precisa ser mudado e como isso poderia ser feito. É no momento da autoavaliação que o professor e o aluno replanejam suas ações: e o professor revê sua metodologia em função da aprendizagem do aluno e o aluno revê sua atitude frente ao processo de aprendizagem e de ensino.

Quanto à utilização dos resultados obtidos na análise dos instrumentos, afirma Luckesi, que com os resultados em mãos, o professor tem diversas possibilidades de utilizá-lo, tais como (LUCKESI, 2005, p. 90):

- Registrá-lo, simplesmente, no Livro Registro de Classe;
 - Oferecer ao educando, caso ele tenha obtido uma nota ou conceito inferior uma “oportunidade” de melhorar a nota ou conceito, permitindo que ele faça uma nova aferição, ou seja, proporcionar ao aluno uma nova forma de ser avaliado.
 - Atentar para as dificuldades e desvios da aprendizagem dos educandos e decidir trabalhar com eles, para que, de fato, aprendam aquilo que deveriam aprender, construam efetivamente os resultados necessários da aprendizagem.
- O sentido da avaliação é diagnosticar se o aluno aprendeu ou não, e o resultado da mesma serve como fonte para o sucesso do aluno.

Espera-se que de posse das informações obtidas na avaliação o professor faça o melhor uso desse resultado, que não seja simplesmente a ação de registrá-lo no Livro Registro de Classe, mas sim o replanejamento das ações, em função da aprendizagem do aluno. Que esse replanejar envolva o coletivo da escola, para que haja uma conscientização em relação ao que ocorre com os resultados da avaliação.

O estudo bibliográfico mostra que a avaliação sempre existiu na vida de todo ser humano, não é só na escola que se faz avaliações, no dia a dia avalia-se tudo que envolve o ser humano. Segundo Luckesi a avaliação está presente na vida escolar desde o século XVI.

Com o passar do tempo as mudanças foram ocorrendo na sociedade e junto com essa evolução a educação também passou a buscar novas formas de avaliação. Ainda está longe de se chegar a um consenso sobre a avaliação do processo ensino-aprendizagem, visto que na escola ainda não há uma conformidade sobre o processo de avaliação e a utilização dos resultados para replanejar as ações e retomar os conteúdos não aprendidos pelos alunos.

Portanto, o processo de avaliação é um processo que exige reflexão e estudo, e tomada de decisão para que haja coerência na prática pedagógica dos professores. Que os estudos tragam entendimento para se propor ações no coletivo escolar, e que possibilite ao professor a compreensão de como utilizar os resultados das avaliações como forma de retomada dos conteúdos ministrados, proporcionando mudanças na metodologia utilizada para efetivação da aprendizagem para todos.

Segundo Sousa (1990), a avaliação na dimensão política pedagógica não é usada para selecionar, mas para possibilitar a todos os alunos o conhecimento crítico e criativo, instrumento necessário quando o compromisso não é a confirmação da realidade, mas sua transformação, servindo assim a avaliação à inclusão e não à exclusão, pois o que vemos no dia-a-dia da sala de aula é uma avaliação excludente, onde todos os alunos são submetidos aos mesmos instrumentos de avaliação, sem levar em consideração o seu tempo de aprendizagem.

Segundo Paro (2001), a utilidade da avaliação é fornecer subsídios para a correção do processo em direção ao objetivo proposto, tendo em vista a qualidade do ensino ofertado, por isso a avaliação deve ser contínua, para que o processo de correção e replanejamento das ações aconteça em tempo hábil de sanar as dificuldades apresentadas pelos alunos. Tendo em vista que o ano letivo é organizado em bimestre demora-se muito para corrigir as dificuldades dos alunos, quando a verificação de que o aluno não aprendeu é constatada somente no final do ano letivo.

ANÁLISE DOS DADOS

O presente estudo tem as características de um estudo exploratório com base na pesquisa participante. A pesquisa tem caráter exploratório, devido à finalidade de investigar uma situação no âmbito da escola pública por meio da problematização da realidade.

Para compor a amostra, bem como os resultados obtidos, foram analisados o processo de avaliação considerando os principais documentos da escola: Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, Proposta Pedagógica Curricular e Diretriz Curricular para Educação Básica do Paraná; e três livros registro de classe, um de língua portuguesa, um de matemática e um de geografia.

Também foi elaborado um instrumento de pesquisa aplicado em dez alunos do 1º ano e vinte alunos do 9º ano, com as seguintes perguntas:

- O que é avaliação para você?
- Você concorda com a maneira em que você vem sendo avaliado?
Por quê?

- Para você qual seria a melhor maneira de ser avaliado?

Com os professores foi utilizado um instrumento com seis questões objetivas, aplicados a dez professores que lecionam nas duas turmas selecionadas para pesquisa. Seguem as questões utilizadas no instrumento:

- A forma como o aluno é avaliado é discutida entre professores e alunos?
- Os conteúdos são retomados a partir da correção das provas, trabalhos escritos e testes, em função de erros cometidos?
- Os professores praticam com os alunos a auto avaliação (oral ou escrita)?
- A avaliação (prova) é utilizada para planejamento e melhoria da qualidade do ensino ofertado na escola?
- Após o resultado das avaliações são propostas atividades diferenciadas para os alunos que apresentam dificuldade ou defasagem na aprendizagem?
- A autoavaliação é um processo essencial para eficácia escolar, pois, ninguém melhor do que os próprios envolvidos para dizer o que precisa ser mudado?

Análise dos documentos oficiais da escola

Analisando o Projeto Político Pedagógico da escola pesquisada, observou-se que a avaliação é parte inerente ao processo de ensino aprendizagem, por esta razão é um processo contínuo, realizado em função dos objetivos propostos para cada momento pedagógico. Utilizando-se de técnicas e instrumentos diversificados, com atividades que possam servir como um diagnóstico do processo pedagógico em desenvolvimento, do ponto de vista dos conteúdos trabalhados, dos objetivos e da apropriação e produção de conhecimento.

O PPP propõe também atividade crítica, capacidade de síntese e a elaboração pessoal sobre a memorização, que o educando busque sua autoanálise através do instrumento de autoavaliação.

O processo de avaliação do colégio constitui-se de uma somatória de no mínimo três diferentes instrumentos, com peso 60% para as provas e 40% para outros tipos de instrumento. Os resultados não satisfatórios obtidos através da avaliação deverão nortear a revisão dos conteúdos, visando resultados mais satisfatórios.

O PPP cita a recuperação de estudos, a qual, de acordo com Vasconcellos (2003) consiste na retomada do conteúdo durante o processo ensino-aprendizagem e não ao final do período, como se evidencia na prática de muitos professores da escola.

A análise dos registros nos LRC demonstrou que os professores fazem a revisão dos conteúdos e aplicam o instrumento de avaliação para recuperação, na maioria das vezes, objetivando a recuperação de notas e não de conteúdos, pois não replanejam seus Planos de Trabalho Docente, propondo a reformulação dos conteúdos na Proposta Pedagógica Curricular.

Nos Livros Registros de Classe (LRC) dos professores pesquisados, observou-se que um deles pratica a recuperação no final do período, o que contraria os princípios do PPP; outros dois de maneira não tão adequada recuperam somente as provas, o que também não é justo em relação aos direitos do aluno.

Os dados do LRC analisados não comprovam a retomada e o replanejamento dos processos metodológicos utilizado por estes professores, em função das dificuldades apresentadas pelo aluno e a não efetivação da aprendizagem

O Regimento Escolar (RE) corrobora a legislação educacional no que diz respeito ao processo de avaliação vigente para todo o país, que a avaliação deve ser uma prática pedagógica intrínseca ao processo de ensino-aprendizagem. Tem a função de diagnóstico, ser contínua, cumulativa e processual, tendo como meta refletir o desenvolvimento global do aluno e considerar suas características individuais, além de prevalecer a atividade crítica, a capacidade de síntese e a elaboração pessoal, sobre a memorização.

O resultado da avaliação deve proporcionar dados que permitam a reflexão sobre a ação pedagógica, contribuindo para a reorganização dos conteúdos, instrumentos, métodos de ensino (RE) da escola pesquisada. O (RE) Consta também que os resultados das atividades avaliativas deverão ser

analisados durante o período letivo pelo aluno e pelo professor, observando os avanços e as necessidades detectadas, para o estabelecimento de novas ações pedagógicas.

Todavia, isto não vem ocorrendo na escola, talvez por falta de se estudar o próprio regimento, também, parece visível uma recuperação de estudo, muitas vezes mal interpretada, não acontecendo a recuperação do conteúdo, mas sim apenas se recuperam notas, a fim da promoção do aluno.

As Diretrizes e a Proposta Pedagógica Curricular abordam a prática da retomada e reorganização através de uma análise crítica da prática pedagógica, tornando a avaliação e aprendizado ser compreendido como fenômeno compartilhado. Que os resultados da avaliação sirvam para intervenções no processo ensino aprendizagem, quando necessário. A finalidade da avaliação é proporcionar ao aluno novas oportunidades para aprender e possibilitar ao professor refletir sobre seu trabalho.

Análise dos dados obtidos com os professores

O levantamento foi realizado com dez professores que atuam tanto no ensino médio quanto ao ensino fundamental.

O objetivo do formulário foi buscar entender a relação entre professores e alunos no processo de avaliação. O questionário continha seis questões objetivas entre os itens raramente, às vezes e sempre.

Perguntado se é discutido entre alunos e professores a forma como o aluno é avaliado. Oito professores responderam às vezes um disse sempre e um respondeu raramente.

Na questão se os conteúdos são retomados a partir da correção das provas, trabalhos e testes, em função dos erros cometidos. Seis professores responderam sempre, quatro responderam às vezes. No item se os professores praticam a autoavaliação oral ou escrita. Sete professores assinalaram raramente, dois responderam às vezes e um disse sempre. No item questionado sobre o processo de como utilizar o resultado das provas para praticar o replanejamento e a melhoria na qualidade do ensino ofertado na escola. Seis professores assinalaram às vezes e quatro marcaram sempre.

Na questão que aborda se são propostas atividade diferenciadas para os alunos que apresentam dificuldade ou defasagem, após o resultado das avaliações. As respostas foram: quatro professores responderam às vezes, quatro sempre e dois raramente. Portanto não houve coerência entre os professores pesquisados, quanto à atividade específica para alunos em defasagem.

Na questão se a autoavaliação é um processo essencial para e eficácia escolar, seis professores responderam às vezes, três responderam sempre e um respondeu raramente. Portanto há uma disparidade no trabalho realizado na escola sobre o processo de avaliação da aprendizagem dos alunos e o trabalho realizado no coletivo, quanto às formas de avaliação e o replanejamento das ações em função da retomada dos conteúdos não assimilados.

Análise dos dados obtidos com os alunos

Para obtenção de dados sobre o processo de avaliação da aprendizagem na visão do aluno, foi aplicado, em uma turma de 9º ano e outra de Ensino Médio, um formulário com três perguntas subjetivas, para que os alunos pensassem para responder.

Perguntado o que é avaliação obteve-se as seguintes respostas, conforme segue:

“São provas, trabalhos e testes para saber se o aluno compreende os conteúdos ensinados pelo professor;
É um modo de descobrir a capacidade de aprendizagem do aluno e testar que conhecimento ele tem;
É uma forma como o professor nos orienta a fazer certo, quando fazemos errado”;
É uma forma de se obter nota ‘tirar nota.’”

Além destas, houve respostas afirmativas em que os alunos disseram que:

“É a melhor maneira de saber se o aluno estudou, porque nos dão várias avaliações e é mais fácil conseguir nota.”

Este comentário revela que na escola a avaliação é bem distribuída, os alunos quiseram dizer que são utilizados vários instrumentos; como trabalho de pesquisa, atividades em sala, exposição de temas, tarefas e outros. Mesmo

utilizando instrumentos variados, não quer dizer que o processo é eficiente. O bom instrumento apresenta qualidade e não quantidade.

De acordo com Lucia (2013), é de grande importância que o professor tenha o conhecimento sobre todo o processo avaliativo de forma clara e despertar para aplicação de uma avaliação de maneira coerente e justa. Bons instrumentos de avaliação da aprendizagem são condições de uma prática satisfatória de avaliação.

Na segunda questão a qual pergunta se o aluno concorda com a maneira com que eles vêm sendo avaliados e por que, as respostas foram a maioria afirmativas e somente uma negativa:

“Concordo com a maneira que somos avaliados, mas alguns professores explicam e corrigem as provas e dão notas justas, já outros não fazem anotações, não explicam de maneira que todos possam aprender;

Sim, porque é tudo que nós fazemos em sala de aula, desde as atividades no caderno até as provas;

Os alunos deveriam levar os estudos mais a sério;

Não gosto de ser avaliado.

Tenho problemas de aprendizagem e muitas vezes não presto atenção na explicação do professor, as minhas notas estão bem de acordo comigo, mas de agora para frente prometo melhorar o comportamento.”

No terceiro questionamento a respeito da melhor forma de serem avaliados, alguns alunos optaram em não responder. As respostas obtidas foram:

“São os professores quem decidem;

Está bom do jeito que está;

Todos os professores deveriam explicar de uma forma que todos os alunos entendessem o conteúdo;

As avaliações poderiam ser realizadas por atividades em sala de aula, mais trabalhos de pesquisa, prova oral e objetiva;

As avaliações poderiam ser mais bem formuladas;

Comportamento cada um decide o dele, e a nota cada um tira a sua.”

A diversidade de instrumentos e técnicas avaliativas é fundamental. O valor de instrumento de avaliação está em sua capacidade de fornecer subsídios que auxiliem tanto o professor como o aluno a proporcionarem uma melhora no processo ensino aprendizagem (PARANÁ, 2008).

Portanto, nem todos os alunos têm a mesma visão em relação ao processo de avaliação utilizado na escola, ou de sua própria aprendizagem.

Percebe-se que não há um trabalho coletivo na escola, e nem democracia, cada profissional trabalha a seu modo.

A efetivação de uma avaliação democrática na escola depende, em última instância, da democratização da sociedade, de maneira que não se precise mais usar a escola como uma das instâncias de seleção social. Os educadores devem se comprometer com o processo de transformação da realidade, visando um novo projeto comum de escola e de sociedade (VASCONCELLOS, 2005, p.102).

Os princípios de liberdade e participação levados à avaliação significam a garantia do direito dos alunos de serem informados orientados e atendidos em suas dificuldades de aprendizagem e de intervir nos processos de avaliação, com sugestões e iniciativas concretas. Mesmo porque uma avaliação que não permite a participação dos alunos na escolha de instrumentos não é democrática e sequer pode ser considerada educativa (BATALLOSO, 2003).

Os estudos comprovaram uma fragilidade, ou até mesmo ausência de democracia, na escolha dos instrumentos de avaliação. São os professores de cada disciplina que decide como formular seus instrumentos. Como demonstra o levantamento de dados realizados com os alunos e com os professores. Através dos formulários utilizados e da análise do Livro Registro de Classe dos professores selecionados para a pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado através dos Livros Registro de Classe, documentos oficiais da escola, o levantamento de dados entre os alunos e os professores, demonstrou que na escola pesquisada há uma disparidade no processo de avaliação da aprendizagem, em relação à utilização dos resultados, de acordo com o demonstrativo dos LRC em contrapartida ao proposto nos documentos oficiais. Estes resultados não estão sendo utilizados para um replanejamento do professor em função de inovações no processo metodológico, nem para reorganização das ações da escola em detrimento aos conteúdos, instrumentos e métodos de ensino, conforme descreve o Regimento Escolar da instituição, para garantir a aprendizagem do aluno.

Constatou-se também, que a avaliação é parte inerente ao processo ensino-aprendizagem, portanto deve ser realizado em função dos conteúdos

além de utilizar métodos e instrumentos diversificados e coerentes com as concepções e finalidades educativas expostas no PPP.

A avaliação deve fornecer, além da aferição de notas, dados para o diagnóstico da aprendizagem do aluno, que conhecimento ele já adquiriu ou o que ele ainda não aprendeu (LUCKESI, 2005).

Segundo Santos (1993) fazer uma avaliação democrática a ter a possibilidade de diagnosticar as disfunções e necessidades de intervir em todos os elementos que fazem parte do processo educativo, não teria sentido avaliar se não existisse a possibilidade de melhorar os resultados e reconduzir os processos de ensino aprendizagem.

Portanto cabe ao professor a mudança de metodologia e ao coletivo da escola inovações nas ações.

No levantamento de dados realizados com os professores e com os alunos, entende-se que o processo de avaliação da escola pesquisada, não é refletido com os alunos, nem mesmo através de instrumento de autoavaliação professor/aluno, o que não é muito presente na escola. Por tal razão se propôs no estudo algumas sugestões de metodologias para garantir a qualidade do ensino ofertado na escola.

Para complementar a abordagem buscou-se fontes literárias, para aprofundamento dos estudos, em autores como Luckesi, Vasconcellos, Bataloso, Hoffmann, Fernandes, Sandra Maria Zákia, Paro e outros autores que abordam a temática.

A avaliação deixa de ser um momento terminal do processo educativo para se transformar na busca incessante de compreensão, dinamização de novas oportunidades de conhecimento (HOFFMANN, 1993).

Concluindo a análise referente ao processo de avaliação na escola pesquisada. É necessário que os professores revejam suas ações em função de novos encaminhamentos metodológicos para a concretização do processo ensino aprendizagem.

Dentro das possibilidades da escola seria bom um estudo sobre critérios de avaliação por ser uma questão que, assim como todo o processo de avaliação da aprendizagem, exige estudo e reflexão constante para fazer da avaliação um processo contínuo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, J. G. *et al.* **Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus, 1997.

BATALLOSO, J. M. É possível uma avaliação democrática? Ou sobre necessidade de avaliar educativamente. In: BALLESTER, M. *et al.* **Avaliação como apoio à aprendizagem.** Porto Alegre: Artmed, 2003. p. 47-56.

FERNANDES, D. **Avaliar para Aprender. Fundamentos práticos e políticos.** São Paulo: UNESP, 2009.

FREITAS, L. C.; FERNANDES, C. O. **Indagações sobre currículo: Currículo e avaliação.** Brasília: Ministério da Educação - Secretária de Educação Básica, 2007.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover.** Porto Alegre: Mediação, 2001.

LIBLIK, A. M. P. **Fundamentos teóricos do processo de avaliação.** Curitiba: UFPR - Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, 2005.

LUCIA, M. D. A visão do professor quanto a critérios de avaliação. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, 11., 2013, Curitiba. **Anais ...** Curitiba: PUC-PR, 2013. p. 361-374.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico.** 1 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: Estudos e proposições.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

LUCKESI, C. C. **Verificação ou Avaliação: O que pratica a escola?** Série Idéias. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1990.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica.** Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2008.

PARO, V. H. **Reprovação escolar: renúncia à educação.** São Paulo: Xamã, 2001.

ROMÃO, J. **Avaliação dialógica: desafios e perspectivas.** 3 ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2001.

SANTOS L. L. de C.P. e OLIVEIRA, N.H. **O coordenador pedagógico no contexto da gestão democrática da escola.** s/d.

SOUZA, A. R. *et al.* **Gestão e avaliação da educação escolar.** Curitiba: Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante - UFPR, 2005.

SOUSA, S. M. Z. **Avaliação da Aprendizagem: Teoria, Legislação e Prática no Cotidiano de Escolas de 1º Grau**. Série Idéias. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1990.

SOUSA, S. M. Z. A avaliação na organização do ensino em ciclos. In: Krasilchik, M. **Fala sobre educação**. São Paulo: Feusp, 2000. p. p.04-19.

SOUSA, S. M. Z. Avaliação da aprendizagem na legislação nacional: dos anos 1990 aos dias atuais. **Estudos em avaliação educacional**, São Paulo, n. 44, p. 453-472, 01 de setembro 2009. Disponível em: www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1536/1536.pdf. Acesso em: 21/01/2014.

VASCONCELOS, C. S. **Avaliação: concepção dialética e libertadora do processo de avaliação escolar**. São Paulo: Libertad, 2005.

VASCONCELLOS, C. S. **Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança - por uma práxis transformadora**. 3 ed. São Paulo: Libertad, 1998.